

ACM x Arruda

• Depois do depoimento de ACM ontem ao Conselho de Ética do Senado, outra cena insólita parece inevitável: a acareação entre ele e o senador José Roberto Arruda. Ao admitir que sequer repreendeu Arruda e Regina Borges pelo que fizeram, ACM não convenceu seus colegas de que não autorizou a violação do painel. Este o ponto que deve colocá-lo frente a frente com Arruda.

Para o depoimento de hoje, Arruda prometia ontem repetir tudo o que disse em sua confissão na tribuna do Senado na segunda-feira, inclusive que ACM deu-lhe "a incumbência de procurar Regina" e fazê-la uma consulta sobre a possibilidade de terem acesso à lista de votação. Como ACM foi peremptório na negativa, muitos membros do Conselho não vêm como evitar a acareação.

Num depoimento em que ACM esteve, em geral, mais sóbrio e preparado que seus inquiridores, sua admisão de complacência diante do ilícito praticado por um senador e uma alta funcionária trincou a viga de sua defesa. Este foi o primeiro questionamento do relator Saturnino Braga, retomado depois com muito brilho e argúcia por Jefferson Péres e, mais tarde, de forma irreverente e burlesca, como é de seu feitio, por Pedro Simon. O argumento de ACM de que temia comprometer o resultado da deliberação favorável à cassação, resultou fragilíssimo. No mínimo, disseram-lhe, deveria tê-los repreendido, ainda que ocultando do resto da Casa o que aconteceu. Restou-lhe admitir que isso estaria mais de acordo com seu temperamento e seu apego à autoridade, mas que não o fez. "Se errei, foi em defesa do Senado".

O conjunto do depoimento, que o Brasil inteiro pôde acompanhar pela TV parece não ter mudado a tendência atual do Senado pela cassação, determinada pela pressão que vem de fora. Há que se considerar, entretanto, o espaço de tempo que vai separar o depoimento de ontem do julgamento final pelo plenário do Senado, depois de um ri-

to que pode levar até dois meses, passando pela Comissão de Constituição e Justiça. Até lá, lembram senadores, os holofotes podem ter encontrado outro alvo, talvez uma CPI na Câmara. O olhar da opinião pública estaria menos vigilante com o Senado. Se não renunciar, preferindo ir até o fim do processo com todos os riscos, ACM pode apostar no corpo-a-corpo, na conquista individual dos votos necessários para evitar a degola. Luiz Estevão, que não tinha amigos nem influência na Casa, quase conseguiu isso, sabe-se lá com que meios. ACM tem inimigos, mas também aliados. Não é um João-ninguém na política. No mínimo, tem uma Bahia como rede. Mas pode ser também que o Senado, às vésperas da renovação de seus dois terços, não abdique de saciar a opinião pública. Mais aí, ficará o Senado obrigado a debruçar-se sobre outros casos de violação do sigilo de voto, como o que abordaremos abaixo.

Luiz Estevão foi punido por delito criminal, embora o pretexto tenha sido uma mentira ao Senado (sobre suas ligações com Lalau e companhia). O crime de ACM e Arruda é de natureza regimental, e para ele o regimento até prevê pena mais branda do que a capital. Sobre a diferença entre os dois casos falaram, ontem, mesmo senadores adversários de ambos, como Lauro Campos, ex-xiita do PT, hoje sem partido.

Mas para que os senadores possam distinguir a responsabilidade de cada um no episódio, será essencial que se esclareça a questão central. Se Arruda agiu ou não a mando de ACM. Daí a necessidade da acareação.